

**AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 2.730 DISTRITO FEDERAL**

**RELATOR** : MIN. EDSON FACHIN  
**AUTOR(A/S)(ES)** : COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE  
SANEAMENTO - CESAN  
**ADV.(A/S)** : STÊNIO SANTOS SALES  
**RÉU(É)(S)** : UNIÃO  
**PROC.(A/S)(ES)** : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**DESPACHO:** Trata-se de Ação Cível Originária ajuizada pela Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN - em face da União com o objetivo, resumidamente, de ver reconhecida imunidade tributária recíproca, por se tratar de sociedade de economia mista prestadora de serviço público.

Assevera especificamente em relação à percepção de lucro e de dividendos que:

“(…) sendo seu capital constituído na sua integralidade pelo Estado do Espírito Santo, sendo que, nos dias atuais, 99,75% do capital da Companhia é detido pelo Estado e suas autarquias (ADERES e SUPPIN), e os “dividendos” atuais (juros sobre capital próprio), decorrentes do superávit obtido pela boa gestão da Companhia nos últimos anos, vêm sendo sempre reinvestidos na própria CESAN pelo Governo Estadual e as referidas entidades autárquicas (docs. 04 e 05)”.

Prossegue esclarecendo:

“Além disso, o Estado efetua frequentes aportes de capital na Companhia (doc. 05), e abre mão de diversas fontes de recursos próprios para um investimento mais amplo na infraestrutura estadual de saneamento, a exemplo da isenção do ICMS na energia elétrica fornecida para a CESAN (art. 5º, inc. CLX, do Decreto nº 1.090-R/2002 – Regulamento do ICMS/ES, com redação dada pelo Decreto nº 2.826/2011 – doc. 06), lembrando que neste caso, o sujeito passivo direto desse

**ACO 2730 / DF**

tributo é a fornecedora de energia elétrica – EDP Escelsa -, sendo a CESAN, porém, beneficiada pela medida, contanto que aplique esses recursos diretamente em obras de tratamento de água e esgotamento sanitário.

E finaliza afirmando (sobre o ponto):

“É importante ainda observar que os superávits financeiros obtidos pela Companhia são bastante inferiores ao montante anual investido pelo Estado do Espírito Santo na CESAN e suas Autarquias, com foco na universalização dos serviços de saneamento no Estado, conforme os seguintes dados extraídos dos documentos indicados.”

Já com relação ao cabimento da ação cível originária, argumenta a possibilidade de conflito federativo nos seguintes termos:

“O pleito de imunidade recíproca está intrinsecamente relacionado com o pacto federativo, de maneira que envolve conflito entre os entes da federação, no caso, a União e o Estado do Espírito Santo, acionista majoritário da Companhia Espírito Santense de Saneamento, detendo, em conjunto com outras entidades da Administração Pública controladas pelo Estado, autarquias sem finalidade lucrativa, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária de abril de 2015, que demonstra que 99,75% das ações da CESAN são do Estado do Espírito Santo e de outros acionistas públicos do Estado (doc. 04), 99,75% de suas ações, conforme quadro abaixo, extraído da ata da Assembleia Geral Ordinária de abril de 2015.”

Juntou inúmeros documentos com a petição inicial eletrônica.

ACO 2730 / DF

Relatado sucintamente o objeto da presente ação, **determino**:

- **Intime-se a autora** para que esclareça, **no prazo de 05 (cinco) dias**, se antes do ajuizamento desta ação originária propôs ação nas instâncias ordinárias com igual ou semelhante objeto (considerando o teor - similar - do decidido nos temas de repercussão geral n. 115 e 644 desta Corte);
- Com a resposta, **cite-se a União para**, querendo, **contestar o presente feito no prazo de 60 (sessenta) dias** (art. 247, § 1º, do RISTF); e
- Após, **voltem-me conclusos**.

Publique-se.

Brasília, 12 de agosto de 2015.

Ministro **EDSON FACHIN**

Relator

*Documento assinado digitalmente*